

Edição nº 30 – 8 a 12 de maio

CONGRESSO APROVA MP DAS CONCESSÕES

O Senado Federal aprovou, na última quarta-feira, o texto do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 3/2017, originário da Medida Provisória (MP) nº 752/2016, que dispõe sobre a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário, no âmbito do Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Esse texto havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados horas antes.

O PLV permite a prorrogação contratual e a prorrogação antecipada (antes do término do contrato) nos setores rodoviário e ferroviário, nos casos que especifica. O texto também permite a relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário, em caso de inobservância das disposições contratuais ou quando os contratados demonstrarem incapacidade de cumprir as obrigações assumidas.

Em linhas gerais, os requisitos e as obrigações para a prorrogação contratual e antecipada e para a relicitação dos contratos de parceria foram mantidos durante a tramitação da matéria pelo Congresso. As prorrogações no setor ferroviário também poderão prever obrigações de disponibilização de capacidade mínima de transporte para terceiros outorgados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, compatível com a demanda projetada, garantida a remuneração pela capacidade contratada, e de realização de investimento para aumento de capacidade instalada de forma a reduzir a saturação do trecho ferroviário, assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro.

Outras importantes inovações foram inseridas. Por exemplo, os parceiros poderão contrair financiamentos e outras dívidas e oferecer em garantia os direitos emergentes da parceria, as ações representativas do controle do capital social e títulos e valores mobiliários que venham a emitir.

Ademais, os concessionários poderão requerer a construção de novos trechos ferroviários para

atender polos geradores de carga, desde que apresentado estudo demonstrando a viabilidade do projeto e a inexequibilidade econômica da exploração do novo trecho segregada do contrato de parceria.

O texto prevê que o Poder Executivo editará as diretrizes para a utilização da metodologia do fluxo de caixa marginal para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ou seja, quando forem incluídas novas obras e serviços não previstos originalmente. O texto também prevê que as alterações dos contratos decorrentes da modernização, adequação, aprimoramento ou ampliação dos serviços não estão condicionadas aos limites de até 25% do valor atualizado do contrato, fixados pela Lei nº 8.666/1993.

Ainda, quando houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto, o prazo do contrato poderá ser estendido por até 24 meses.

O projeto aprovado permite a subconcessão da manutenção e da operação de trechos ferroviários aos entes federados interessados, desde que haja anuência do poder concedente, bem como admite, para a execução dos contratos de parceria, a constituição de subsidiária integral tendo como único acionista sociedade estrangeira.

Por fim, também foi incluído dispositivo estabelecendo que as instituições financeiras e as entidades governamentais de fomento somente responderão por dano ambiental nos contratos se comprovados dolo ou culpa e a relação de causalidade entre conduta e dano, sendo subsidiariamente responsáveis pela reparação do dano.

O Presidente Michel Temer terá 15 dias úteis para sancionar ou vetar, total ou parcialmente, o PLV. Os eventuais vetos serão analisados pelo Congresso Nacional.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

REFORMA TRABALHISTA PASSARÁ POR TRÊS COMISSÕES DO SENADO

O Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que ocupa a presidência do Senado enquanto o Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) estiver afastado por licença médica, definiu que o Projeto de Lei da Câmara nº 38/2017, que versa sobre a reforma trabalhista, será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais, pela Comissão de Assuntos Econômicos e também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A relatoria do projeto já foi definida para as duas últimas comissões: estarão, respectivamente, a cargo dos Senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Romero Jucá (PMDB-RR).

COMISSÃO ESPECIAL APROVA TEXTO BASE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Na última quarta-feira, a Comissão Especial da Reforma da Previdência da Câmara dos Deputados aprovou, por 23 votos a 14, o texto base que foi apresentado pelo Relator Deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), restando a votação dos destaques propostos pelos deputados. O texto aprovado mantém grande parte dos pontos lidos na Comissão anteriormente, com algumas mudanças pontuais, como, por exemplo, a inclusão dos policiais legislativos na aposentadoria especial. A Comissão se reunirá na próxima terça-feira para finalizar a votação dos destaques. Após ser finalizada a votação na Comissão Especial, a proposição será encaminhada ao Plenário da Câmara e, por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição, será necessária a votação em dois turnos com, no mínimo, 308 votos favoráveis.

FIQUE DE OLHO

CCJC ADMITE REFORMA POLÍTICA E TEXTO SERÁ AGORA ANALISADO POR COMISSÃO ESPECIAL.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o parecer do Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 282/2016, do Senado Federal, que trata da reforma política, alterando a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos, estabelecendo, ainda, cláusula de desempenho para funcionamento parlamentar das legendas a partir de 2018. A votação teve 37 votos favoráveis e 14 contrários.

A maior polêmica discutida pelos membros da CCJC sobre a matéria diz respeito ao estabelecimento da cláusula de desempenho que, de acordo com alguns parlamentares contrários à PEC, entre eles o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), impossibilitará os partidos de crescer, pois implica em restrições à composição de lideranças, relatorias, presença em comissões e recursos.

A PEC deverá ser agora analisada por Comissão Especial que analisará o mérito da proposta.

CCJC APROVA REQUERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER CORRUPÇÃO DE PJS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última quinta-feira, o Requerimento nº 149/2017, apresentado pelo Deputado Hugo Leal (PSB-RJ), para realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1.142/2007, que tipifica o crime de corrupção das pessoas jurídicas em face da Administração Pública, especialmente quanto aos acordos de leniência, seus procedimentos, objetivos, resultados, impactos e eficácia, casos concretos e a efetividade da prevenção da corrupção.

FIQUE DE OLHO

CCJC APROVA PL QUE POSSIBILITA SOCIEDADES ESTRANGEIRAS SEREM SÓCIAS DE SOCIEDADE BRASILEIRA E PL QUE ESTABELECE NOVOS PROCEDIMENTOS PARA RECALL DE VEÍCULOS

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última quinta-feira, o Projeto de Lei (PL) nº 4.917/2009, de autoria do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que altera o Código Civil para possibilitar expressamente que as sociedades estrangeiras sejam sócias, acionistas ou cotistas de sociedade brasileira.

Na mesma data, a CCJC aprovou texto substitutivo ao PL nº 6.624/2009, de autoria do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para estabelecer procedimentos administrativos mais eficientes quando da convocação de veículos para campanhas de recall. O PL original determinava que o fabricante deveria informar ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) o número do chassi de todos os veículos convocados para sanar defeitos de fabricação, além de informar também qual defeito deveria ser corrigido nesses veículos. Além disso, o projeto também determinava que o Certificado de Registro e Licenciamento Veicular Anual (CRLV) só seria expedido pelo órgão competente quando o proprietário do veículo comprovasse que teria comparecido à campanha de recall promovida pela fabricante e sanado o defeito do veículo. O substitutivo fez algumas novas inserções ao texto original, entre elas a obrigatoriedade de as fabricantes encaminharem, a todos os proprietários, por correspondência com aviso de recebimento, a comunicação de recall, às próprias expensas.

Ambas as proposições foram aprovadas em apreciação conclusiva pelas Comissões e, se não forem interpostos recursos por 1/10 dos deputados (51 deputados), no prazo de cinco sessões, para levar as proposições para apreciação pelo Plenário da Câmara, serão encaminhadas diretamente à análise do Senado Federal.

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

INSTALADA COMISSÃO QUE ANALISARÁ A REFORMA DA LEI KANDIR

Na Câmara dos Deputados, foi instalada, na última quarta-feira, a Comissão Especial destinada a analisar a reforma da Lei Complementar nº 87/1996, mais conhecida como Lei Kandir. O Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) foi eleito Presidente, e o Deputado José Priante (PMDB-PA) foi designado Relator. A Lei Kandir dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal, nas

operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS), apresentando, além dos aspectos técnicos do tributo, isenções como, por exemplo, de operações e prestações que destinem mercadorias ao exterior.

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

09/05/2017, às 14h

Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2013, que extingue o foro especial por prerrogativa de função ("foro privilegiado") nos casos de crimes comuns.

Autores: Sen. Álvaro Dias (PV-PR) e outros

Relator: Sen. Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

Relatório: favorável.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

09/05/2017, às 10h

Projeto de Lei nº 632/2015, que prevê a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas.

Autor: Sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)

Relator: Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

09/05/2017, às 9h

Projeto de Lei nº 291/2013, que regula a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

Autor: Sen. Cyro Miranda (PSDB-GO)

Relator: Sen. Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

10/05/2017, às 10h

Projeto de Lei nº 89/2016, que altera a Lei que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

Autor: Sen. Roberto Requião (PMDB-PR)

Relator: Sen. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

09/05/2017, às 16h, 10/05/2017, às 9h, e 11/05/2017, às 9h

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei Complementar nº 54/2015, que dispõe sobre a aprovação de convênio que permita aos estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.

Autor: Sen. Lúcia Vania (PSDB-GO)

Relator: não designado.

Relatório: ainda não apresentado.

Projeto de Lei Complementar nº 268/2016, que aprimora dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e a suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.

Autor: Sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)

Relator: Dep. Sergio Souza (PMDB-PR)

Relatório: não apresentado.

Projeto de Lei Complementar nº 343/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Autor: Poder Executivo

Relator: não designado.

Relatório: não apresentado.

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 333/1999, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, aumentando as penalidades para quem cometer crime contra marcas e patente de registro, contra indicações geográficas e concorrência desleal.

Autor: ex-Dep. Antonio Kandir (PSDB-RJ)

Relator: não designado.

Relatório: não apresentado.

Projeto de Lei nº 130/2015, que dispõe sobre o aumento dos limites para dedução, do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, para 9% e 3%, respectivamente, dos valores destinados a projetos desportivos e paradesportivos.

Autor: Dep. João Derly (PCdoB-RS)

Relator: Dep. Hélio Leite (DEM-PA)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)

10/05/2017, às 10H

Audiência Pública para debater os efeitos econômicos e sociais da Operação "Carne Fraca" sobre o setor agropecuário nacional, e o modelo de inspeção sanitária de produtos de origem animal adotado no País.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

10/05/2017, às 10H

Projeto de Lei nº 4.379/2016, que altera o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer condições para a cobrança de tarifas de planos pós-pagos e a obrigatoriedade de reembolso de créditos não utilizados de planos pré-pagos, em caso de rescisão de contrato de prestação de serviços de telecomunicações.

Autor: Dep. Flavinho (PSB-SP)

Relator: Dep. Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

04/05/2017, às 14H30

Proposta de Emenda à Constituição nº 306/2017, que altera a Constituição Federal para inserir no rol de cargos privativos de brasileiros natos o de Senador da República, de Governador e Vice-Governador e de Ministro das Relações Exteriores.

Autor: Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)

Relatora: Dep. Soraya Santos (PMDB-RJ).

Relatório: pela admissibilidade.

Projeto de Lei nº 2.813/2000, do Senado Federal, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Autor: CPI do Sistema Financeiro 1986

Relator: Dep. Arthur Lira (PP-AL)

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

09/05/2017, às 14H30

Audiência Pública para discutir a temática veiculada ao Projeto Lei nº 7.182/2007, do Senado Federal, que veda a implementação de franquias limitadas de consumo nos planos de internet banda larga fixa.

10/05/2017, às 10H

Projeto de Decreto Legislativo nº 578/2016, que susta o art. 13 da Resolução nº 400/2016, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que permite a venda de franquias de bagagem de forma separada da passagem aérea.

Autor: Senado Federal

Relator: Dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 380/2015, que altera a Lei nº 10.751/2003, para dispor sobre a regulamentação econômica do setor de órteses, próteses, produtos para a saúde e incluir na competência da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) a fixação e ajustes de preços do setor.

Autor: Dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE)

Relator: Dep. Ricardo Izar (PP-SP)

Projeto de Lei nº 1.412/2015, que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para dispor sobre a aplicação de multa civil ao fornecedor que reiteradamente descumprir os deveres previstos na legislação consumerista.

Autora: Dep. Maria Helena (PSB-RR)

Relator: Dep. Marcos Rotta (PMDB-AM)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei nº 2.987/2015, do Senado Federal, que altera a Lei nº 9.074/1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica, tornando de livre escolha de consumidores específicos o fornecedor com quem contratará sua compra de energia elétrica, nos termos que especifica.

Autor: Sen. Delcídio do Amaral (PT-MS)

Relator: Dep. César Halum (PRB-TO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo

Projeto de Lei nº 7.204/2014, que dispõe sobre inovação de modelos de automóveis e motocicletas ofertados no mercado de consumo, proibindo os fabricantes a modificar técnica, estética ou mecanicamente automóveis e motocicletas ofertados no mercado de consumo, pelo período inferior a um ano. Autor: Dep. Onofre Santo (PSD-SC) Relator: Dep. Chico Lopes (PCdoB-CE) Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 6.516/2016, que obriga os fornecedores que mantenham programas de relacionamento a informar os consumidores sobre o vencimento de seus pontos. Autor: Dep. Augusto Coutinho (SD-PE) Relator: Dep. Júlio Delgado (PSB-MG) Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (GDU)
10/05/2017, às 10H

Projeto de Lei nº 4.970/2016, que dispõe sobre a cessão de créditos inscritos em precatório para pagamentos de financiamentos imobiliários, para, entre outros, permitir que o credor ceda, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a instituições financeiras para pagamento de financiamento imobiliário estabelecendo, ainda, que as taxas de desconto cobradas pelas instituições financeiras nas referidas cessões não poderão ser superiores aos juros cobrados no financiamento imobiliário pactuado com o cedente. Autor: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP) Relator: Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA) Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
10/05/2017, às 9H30

Projeto de Lei nº 6.962/2010, que acrescenta dispositivo à Lei das Sociedades Anônimas para estabelecer a obrigatoriedade da participação das assembleias de acionistas no conhecimento prévio das chamadas operações com partes relacionadas e nas operações que envolvam conflitos de interesses da companhia. Autor: Dep. Cleber Verde (PRB-MA) Relator: Dep. Lucas Vergílio (SD-GO) Relatório: pela rejeição.

Projeto de Lei nº 1.933/2015, que altera a Lei de Falências para permitir, entre outros pontos, que novos créditos concedidos ao devedor durante a recuperação judicial em empréstimos ou financiamentos de qualquer modalidade, sejam pagos prioritariamente e considerados extraconcursais, em caso de decretação de falência. Autor: Dep. Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) Relator: Dep. Jorge Corte Real (PTB-PE) Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 2.661/2015, que acresce artigo ao Código de Defesa do Consumidor para disciplinar as relações entre empresas que utilizam serviços de telecomunicações ou de mensageria para difusão de mensagens publicitárias, de cobrança ou de divulgação e os consumidores em geral. Autora: Dep. Shéridan (PSDB-RR) Relator: Dep. Aureo (SD-RJ) Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)
10/05/2017, às 09H

XVII Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas com a presença de representantes e autoridades do setor.

COMISSÃO ESPECIAL DO TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
10 E 11/05/2017

Seminário Internacional sobre Privacidade e Proteção de Dados, que contará com a presença de autoridades nacionais e internacionais da área. Dentre os temas que serão debatidos, destacam-se: a análise do panorama dos marcos legais internacionais sobre privacidade e proteção de dados e a proteção de dados no mercado financeiro, saúde e telecomunicações.

COMISSÃO ESPECIAL DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
10/05/2017, às 14H30

Reunião para apresentação dos pareceres parciais.

COMISSÃO ESPECIAL DA LEI KANDIR
09/05/2017, às 14H30

Reunião para definição do roteiro de trabalho da Comissão.

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA
10/05/2017, às 11H

Audiência Pública para debater a Reforma Política. Os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Herman Benjamin e Luciana Lóssio, participarão do evento.

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
09/05/2017, às 9H30

Reunião para continuação da votação dos destaques